

Economia Brasil

Liberação sem recuo

Há dias, quando denunciou em Washington a ação "de forças retrógradas que querem pegar carona na crise política para manter os antigos interesses", o ministro Marcílio Marques Moreira não procurou, ao contrário do que foi interpretado, defender o presidente Collor, mas apenas lembrar a existência, no Brasil, de um processo de modernização — em que a redução do protecionismo ocupa lugar de relevo — que não pode parar. Não há dúvida de que a redução das tarifas aduaneiras encontra oposição de uma parte importante dos empresários.

Ao resistir a essas forças, o ministro da Economia manteve para o dia 1º de outubro a redução das tarifas de 65% para 55% na máxima e de 21,2% para 17,1% na média. Aliás, todos os países em desenvolvimento que conseguiram levar adiante seus programas de ajuste optaram por uma redução tarifária rápida que não apenas impediu altas de preços diante da ameaça da importação, como também acelerou o processo de modernização da indústria para melhorar a produtividade. Na realidade, a liberação do intercâmbio, longe de constituir um instrumento de sucatamento

da indústria, comprovou ser um motor de crescimento econômico. Por isso, o ministro Marcílio Marques Moreira procura resistir à pressão de grupos que, ao longo dos anos, viveram à sombra de um protecionismo asfixiante para a economia, embora pudesse dar a ilusão de que propiciava grandes lucros.

Convém lembrar que nossas tarifas ainda estão muito altas, o que explica a atual limitação das nossas importações e elevação dos nossos preços internos. A decisão do ministro da Economia de antecipar a redução de janeiro de 1993 para outubro deste ano deve-se também à circunstância de que, dentro do Mercosul, em 1995, a tarifa máxima deverá ser de 35%, vinte pontos de porcentagem abaixo da atual. Os outros países desse sistema estão muito mais adiantados que o Brasil no que respeita à redução do protecionismo. A média, na Argentina, é de 11,6% e a tarifa mais alta, de 22%. No Uruguai, a tarifa mais elevada em janeiro próximo será de 10%. O ministro, talvez na sua última decisão importante, manteve seu programa. Resta esperar que seu sucessor, qualquer que seja, saiba reconhecer a importância dessa liberação.

ESTADO DE SÃO PAULO

29 SET 1992